

Nesta edição

- Transformações no cenário internacional colocam em xeque política econômica chinesa
- Governo chinês exalta nacionalismo às vésperas das Olimpíadas
- China e Nova Zelândia assinam acordo de livre-comércio

Programa de Treinamento

O Conselho Empresarial Brasil-China oferece **treinamentos in-house sobre China**. O treinamento inclui a análise dos principais fatores do crescimento chinês, vantagens competitivas, evolução do mercado consumidor, comércio bilateral sino-brasileiro e perspectivas, entre outras.

O Programa de Treinamento pode ser adaptado aos interesses da empresa contratante.

Para mais informações, entre em contato com a Secretaria Executiva do CEBC: cebc@cebc.org.br.

Macroeconomia

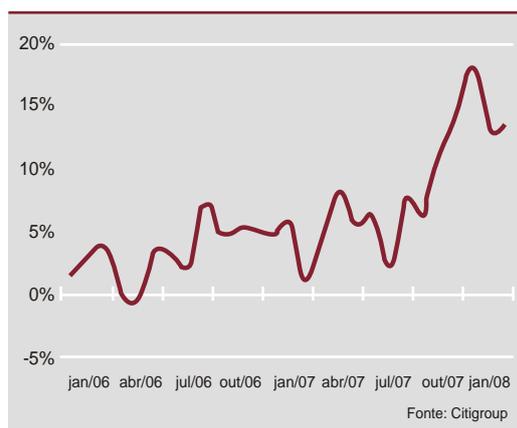
Turbulência internacional força a China a repensar sua política econômica

A turbulência nos mercados internacional e doméstico tem forçado o governo chinês a repensar suas opções de política econômica, levando em consideração os efeitos visíveis e de longo prazo das medidas adotadas nos últimos meses. Confrontadas com um aumento de preços relativamente acelerado, e a instabilidade social associada a isto, as lideranças chinesas têm respondido com desincentivos às exportações de produtos e insumos agrícolas, considerável contração monetária e, mais recentemente, com gradual valorização cambial.

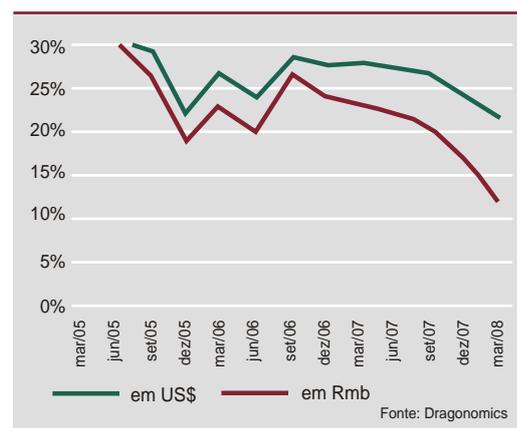
O arrocho na política monetária tem se dado principalmente pela redução na impressão de moeda, emissão de mais de Rmb 100 bilhões em títulos de curto e médio prazo e imposição de limites ao crédito - a exemplo dos sucessivos aumentos das taxas de juros e de depósitos compulsórios. Esta última sofreu três aumentos em 2008, atingindo 16% em meados de abril. A valorização mais agressiva da moeda chinesa passou, ao final de 2007, a fazer parte do conjunto de medidas voltadas ao combate da inflação. A valorização, que já ultrapassa os 17% em termos anualizados, foi possibilitada pelo desempenho exemplar da economia chinesa até janeiro de 2008, apesar da então iminente recessão norte-americana e da crise financeira internacional.

No entanto, poucos meses mais tarde, em vista de cenário de persistência inflacionária, ritmo reduzido no crescimento de exportações, desempenho mais fraco de alguns setores industriais - e, subsequentemente, do mercado financeiro -, os rumos da política econômica podem ser revistos.

Taxa de valorização do yuan em relação ao dólar (anualizada)



Crescimento das exportações - Trimestres, ano a ano



O principal evento a ser considerado é o declínio do superávit comercial registrado no primeiro trimestre de 2008. Tão ou mais importantes que o decréscimo da demanda externa, o aumento de custos produtivos no país, as fortes nevascas de fevereiro e a valorização da moeda chinesa contribuem para a desaceleração das exportações chinesas e para o aumento nas importações. Se a tendência de queda no superávit persistir, analistas acreditam que o saldo pode chegar a contribuir negativamente para o crescimento do PIB em 2008. Apesar do desincentivo consciente à exportação de alguns bens e incentivo à importação desses bens ou seus insumos e substitutos, a fim de arrefecer preços no mercado doméstico, o desaquecimento da economia já deixa de ser um objetivo e passa a ser um temor, acreditam economistas do *Citigroup*.

Contra economistas de instituições como *Goldman Sachs* - que apostam na insistência de política de valorização cambial agressiva - e outras opiniões mais ousadas - que acreditam na possibilidade de um reajuste cambial -, pode-se argumentar que os efeitos de longo prazo sobre o emprego e a captação de recursos externos podem começar a se equiparar à inflação na agenda política doméstica, imputando maior moderação à valorização da moeda chinesa.

A substituição das reservas cambiais provenientes do superávit pelo aporte massivo de capital especulativo não parece troca aceitável do ponto de vista da sustentabilidade do desenvolvimento da China. Ainda, em luz das dificuldades enfrentadas pelo mercado financeiro chinês, as medidas contracionistas começam a desagradar centenas de milhares de pequenos e médios acionistas.

Nesse quadro de indicadores econômicos adversos e *trade-off* perigoso entre inflação e desemprego, é possível que a política cambial venha a sofrer novas alterações, provavelmente na direção de valorização crescente, porém menos agressiva no curto prazo. A ênfase recairia assim sobre mecanismos de compensação direta já em operação, como subsídios e estipêndios a produtores e consumidores, bem como enrijecimento do controle de preços. Esses mecanismos tendem a impor grande peso sobre o orçamento público e dificultar a reforma do sistema de preços, com severas implicações de médio e longo prazo para a economia chinesa.

Duas objeções podem ser levantadas ao argumento apresentado. Em primeiro lugar, deve ser notado o caráter singular dos primeiros dois meses de 2008. O ano novo chinês e o inverno que castigaram grande parte do país impedem de tomar o primeiro trimestre como base segura para previsões acerca dos rumos da economia da China ao longo do ano. Indicadores de atividade econômica para o primeiro trimestre de 2008 já demonstram certa recuperação a partir de março, após amplo enfraquecimento da economia em fevereiro. Tal fato pode indicar um segundo trimestre de atividade mais acelerada e de menores pressões políticas.

Em segundo lugar, mesmo o mais obscuro dos cenários plausíveis para 2008 não incluiria redução dramática no ritmo de investimentos públicos e privados e, portanto, desaceleração drástica na economia chinesa. Mesmo as previsões mais conservadoras ainda localizam a taxa de crescimento para 2008 acima da marca dos 10%. Reavaliações recentes da composição do PIB chinês, que conferem peso ainda maior ao setor de serviços, parecem corroborar essa opinião.

No entanto, como muitos analistas admitem, a atividade revigorada não implica necessariamente redução das pressões inflacionárias sobre setores sensíveis e pode, em realidade, aprofundar tais pressões. Igualmente, a recuperação não parece ser total, à medida que as exportações continuam a desacelerar. Disto se segue que apesar da recuperação da economia nos meses a seguir, é provável que a valorização da moeda continue em ritmo superior ao observado até 2007, porém mais ameno do que nos últimos meses. ■

Olimpíadas

Apagando a chama da ascensão chinesa

Os incidentes ocorridos no mais longo revezamento da história da tocha olímpica, acesa em Pequim em 31 de março, se transformaram em situação embaraçosa ao governo chinês. A cada cidade por onde a chama passa, maior é o número de protestos contra a inexistência de um sistema eficaz de proteção aos Direitos Humanos na China e aos últimos acontecimentos no Tibete. Tais manifestações instigam nova reflexão acerca da realização do maior evento do esporte mundial em território chinês - a ascensão chinesa ao status de potência mundial deve ser politicamente temida pelo resto do mundo? As expectativas de Pequim em tornar os Jogos Olímpicos uma vitrine do progresso econômico-cultural do país estão se tornando uma perfeita saia justa.

Além das cenas de violência e confronto direto em Lhasa, a maneira como a imprensa oficial chinesa tem divulgado os recentes acontecimentos também é constrangedora. Devido ao controle dos meios de comunicação, no território chinês pouco se sabe sobre o que acontece no extremo oeste do país, muito menos no resto do mundo. Não é o caso afirmar que a imparcialidade é caráter inerente à imprensa ocidental, entretanto os meios de comunicação chineses abusam do nacionalismo. Sempre que possível é mencionada a unidade das 57 etnias sob o Partido Comunista Chinês.

Um exemplo dessa campanha doméstica é a entrevista realizada com a reencarnação feminina do Buda, Samding Dojepamo Degenqzhen, amplamente divulgada no canal estatal chinês. Samding afirmou que o Partido ensinou-lhe a ser patriótica e que a região tibetana progrediu sensivelmente desde a reforma democrática do país, visto que agora a população tibetana tem acesso a escolas e tratamento de saúde. Ela acrescentou que a vida é pacífica no Tibete e que os manifestantes "odeiam ver a região agora próspera e desenvolvida". Em outra reportagem transmitida pelo canal, o secretário da educação do Tibete declarou que a bandeira tibetana é diariamente hasteada nas escolas primárias e secundárias da província, onde o ensino do dialeto tibetano é compulsório e compõe 20% do currículo escolar, mesmo para alunos descendentes de outras etnias. Segundo o secretário, graças à política educacional favorável do governo, o ensino às crianças tibetanas é gratuito. A reportagem terminava com os dizeres de que a cultura tibetana é um tesouro da civilização chinesa.

Já o programa diário de debates da principal emissora de televisão do país tem apresentado desde discussões sobre budismo e seu caráter exclusivamente pacífico, passando pelo desenvolvimento socioeconômico do Tibete a partir do estabelecimento da região autônoma em 1956, até a experiência de outros países com violência civil e ataques terroristas. Mais instigante ainda foi a discussão entre as diferenças entre a imprensa ocidental e a oriental - o programa indiretamente concluiu que a imprensa ocidental não é confiável. Em outra oportunidade, o noticiário do horário nobre reservou 20 minutos do programa para uma reportagem que apontava a manipulação de fotos e vídeos veiculados pela imprensa ocidental sobre os acontecimentos no Tibete. A qualidade e profundidade dos debates são questionáveis, senão propagandistas.

Os canais internacionais e páginas de internet, por sua vez, sofrem cortes na transmissão quando são citados os protestos no Tibete ou incidentes no percurso da tocha olímpica. Para apaziguar os ânimos dos jornalistas estrangeiros, o Escritório de Informação do Conselho de Estado chinês realizou conferência com a imprensa em 9 de abril com a presença de Qiangba Puncog, representante governamental na região autônoma do Tibete. Puncog afirmou que o governo está aberto para diálogo desde que Dalai Lama assuma que o Tibete é inalienável à China. Na ocasião, ao ser questionado sobre quando a visita não-guiada de jornalistas estrangeiros à Lhasa voltará a ser permitida, a resposta foi reticente – os procedimentos em relação aos jornalistas são de segurança e "quanto menos for ouvida a voz do povo, menos os fatos serão deturpados".

Reação nacional incongruente - Os poucos chineses que discutem política comentam sobre a montagem de fotos ou se restringem a dizer que Dalai Lama, pelo fato de ser um senhor demasiado idoso, necessita atrair a atenção internacional mais intensamente aproveitando-se da realização dos Jogos Olímpicos em Pequim. Outros ainda ousam acrescentar que a real intenção do líder espiritual como “mandante” dos protestos é impedir a realização do evento. A discussão vem criando nova onda de nacionalismo entre os jovens estudantes chineses. Uma reação recente são declarações de apoio ao país via sites de relacionamento e salas de “bate-papo”, com a inclusão dos dizeres “Eu amo a China” na identificação dos usuários. Jovens estudantes chineses lideram protestos no país e afirmam que os países ocidentais distorcem as relações entre a China e o Tibete e defendem que tais países, especialmente a França, são contrários a realização das Olimpíadas em Pequim.

A opinião é embasada nos rumores de que as redes varejistas francesas presentes na China apóiam as “atividades secessionistas e de sabotagem aos Jogos Olímpicos” dos tibetanos. Em resposta, os jornais publicaram que “A China pede à França que reconsidere o Tibete” e que “a amizade entre dois países requer esforços mútuos de cooperação e compreensão”. Resultado: tais empresas estão sofrendo retaliação e protestos por parte da população.

A imprensa chinesa não publica uma imagem sequer das bandeiras de protesto estendidas em Paris e São Francisco - os protestos ocorridos são divulgados como incidentes isolados e marginais. Ao invés, são transmitidas entrevistas com atletas e chineses expatriados dos países por onde a tocha passou, condenando os atletas que boicotarem os Jogos e defendendo que o evento é apenas uma celebração do esporte.

Representantes dos Comitês Olímpicos e alguns políticos reforçam o entendimento que já virou mantra do Partido Comunistas Chinês: a passagem da tocha é oportunidade para a melhoria do relacionamento bilateral, porém jogos olímpicos “não devem ser confundidos com política”. Não se deve negar o ideal olímpico de união do mundo em torno do esporte, porém desvincular o caráter político da realização dos jogos em território de potência emergente é ingenuidade.

A cada protesto a pressão para que líderes ocidentais não compareçam ao evento é maior. O presidente francês Nicolas Sarkozy já determinou que sua condição de comparecimento é a retomada de diálogo pacífico entre o governo chinês e os líderes tibetanos. Gordon Brown, o primeiro-ministro britânico, diplomaticamente anunciou que seu não-comparecimento não se trata de um boicote. George Bush sofre pressões de Barack Obama e Hillary Clinton para também não comparecer à cerimônia de abertura, ao passo que Ban Ki-Moon, secretário-geral da ONU, alegou problemas de agenda. O não-comparecimento dos principais líderes mundiais mina a credibilidade da China em hospedar os Jogos e de demonstrar à comunidade internacional que a potência econômica do século XXI também tem capacidade de atrair nações de todo o mundo para o seu território e conduzir o maior evento do esporte mundial.

A realização dos jogos em Pequim no momento em que a China se prepara para configurar como a maior força econômica mundial fez emergir na população de alguns países ocidentais enorme preconceito contra o país asiático. Talvez em razão de receio de como será o mundo sob hegemonia chinesa, os protestos ocorridos ganharam adesão de pessoas que pouco conhecem a causa tibetana. Da mesma forma, políticos locais abraçam o tema a fim de angariar votos de trabalhadores prejudicados pela competitividade chinesa.

O que a China não esperava como resultado dos protestos era deixar tão evidente a fragilidade da unificação territorial, bem como que o desenvolvimento econômico chinês privilegia as regiões costeiras e exclui as províncias interioranas. O aniversário de 30 anos do início das reformas de abertura econômica do país traz à tona a necessidade de reformas políticas para a criação de um substrato populacional que apóie as transformações do país sem atritos. A tarefa foi realizada com sucesso no leste, porém o governo ainda faz uso da força para controlar o oeste chinês. O argumento de que a base a partir da qual a China ergueu-se economicamente é análogo aos padrões ocidentais não justifica a violência para a contenção dos protestos em Lhasa.

Segurança durante os jogos será desafio às autoridades - As ameaças terroristas dos muçulmanos da província de Xinjiang e os protestos tibetanos talvez não sejam tão preocupantes quanto a possibilidade de manifestações (pacíficas ou não) durante os Jogos Olímpicos – a transmissão mundial ao vivo do evento tornaria ainda mais delicada uma resposta assertiva do governo. Como ocorreu há quatro anos em Atenas, serão

disponibilizadas zonas especiais para manifestações durante as Olimpíadas. Enquanto organizações não-governamentais de direitos humanos defendem que as autoridades chinesas têm recursos suficientes para tornar tais zonas estéreis enchendo-as com trabalhadores do governo, é certo que China tem muito em jogo na ocorrência de qualquer tumulto. Não há dúvidas que protestos em prol da independência do Tibete continuarão.

Não se sabe ao certo quais serão os resultados da campanha doméstica de exaltação do nacionalismo, refletida no debate promovido pelo governo e imprensa chinesa que afirmam que “os países do Ocidente, principalmente os Estados Unidos, aproveitaram o momento e estão roubando a luz que os Jogos Olímpicos projetaram sobre o país para tentar destruir o que a China vem conquistando ao longo dos anos”. Perdem o presidente Hu Jintao, conhecido como especialista em assuntos tibetanos e do oeste chinês; e a China, que, com os recentes protestos no Tibete, demonstra que a reforma política no país ainda prossegue a passos lentos. Os Jogos Olímpicos, que poderiam marcar a emergência chinesa como potência global pacífica, despertam preocupações se a transição da hegemonia norte-americana do século XX para a ascensão da China no século XXI não deve ser temida. ■

Comércio bilateral

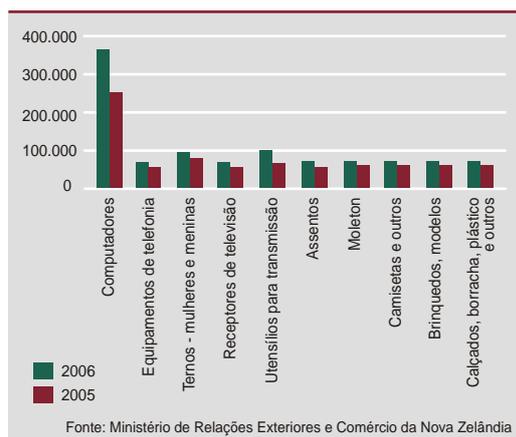
Acordo de livre comércio entre China e Nova Zelândia é acelerado por complementaridade econômica

Após três anos de negociações, China e Nova Zelândia assinaram Acordo de Livre-Comércio (ALC) em abril que entrará em vigor a partir de 1º de outubro de 2008. O acordo irá eliminar paulatinamente tarifas incidentes sobre quase a totalidade dos produtos comercializados entre os dois países. A expectativa é de que as exportações neozelandesas para a China registrem crescimento de até 4,5% ao ano, enquanto importações de produtos chineses pela Nova Zelândia - correspondente a 75% dos US\$ 6,1 bilhões comercializados bilateralmente em 2007 – sofram aumento de aproximadamente 1,5% ao ano. Esse é o primeiro ALC firmado pela China com país desenvolvido, facilitado, sobretudo, pelo caráter complementar das duas economias.

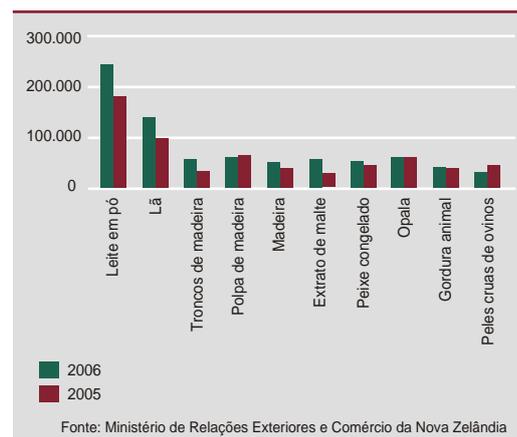
O acordo ainda precisa ser ratificado pelo parlamento neozelandês e abrange, além de comércio de bens, o setor de serviços - com destaque a atividades relacionadas a seguros, bancos, educação, bem como oferta de mão-de-obra. Dessa forma, assemelha-se aos acordos também de livre comércio firmados entre China e os membros da ASEAN, que além de prever redução gradual de tarifas, tem a regulação do comércio de serviços como um de seus alicerces.

Uma vez implementado, o governo da Nova Zelândia espera que o acordo contribua para atenuar déficits acumulados com a China. Conforme estabelecido pelo documento, o governo chinês prometeu isenção tarifária até 2013 a 31% dos produtos neozelandeses que ingressarem no país, passando a 96% em 2019. Atualmente, tarifas incidentes sobre produtos agrícolas provenientes da Nova Zelândia, por exemplo, variam de 10% a 20%. Mesmo com eliminação total de tarifas prevista para somente 2017 e cláusulas de proteção aos produtores chineses do setor, a indústria de lácteos - líder da pauta exportadora do país para a China - deverá ser a maior beneficiada, com expansão significativa de participação no mercado chinês.

Exportações da China para Nova Zelândia - US\$ milhares



Importações da China da Nova Zelândia - US\$ milhares



Dentre os compromissos firmados pelo governo neozelandês está a eliminação de tarifas incidentes sobre 70% dos bens importados da China até 2013. Já produtos mais sensíveis à indústria local – como calçados, têxteis, vestuários e carpetes – só terão tarifas reduzidas à zero em 2016. Contudo, é o acesso indireto ao mercado australiano o maior benefício em potencial aos produtores chineses, visto que bens comercializados entre Nova Zelândia e Austrália circulam sob isenção tarifária. Também como efeito colateral do ALC, espera-se aumento do número de *joint-ventures* australianas instaladas em território neozelandês.

Um modelo a seguir? – Em oposição ao costumeiro receio na concessão de status de economia de mercado à China por parte dos países desenvolvidos, a Nova Zelândia foi o primeiro dentre esses países a conferir tal título ao parceiro asiático. A decisão, assim como a pronta aceitação da China como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e relativamente rápida conclusão do ALC, estão diretamente relacionadas à complementariedade existente entre as duas economias.

Enquanto demais países desenvolvidos pautam suas exportações por bens manufaturados, são produtos básicos, sobretudo agrícolas, líderes de vendas da Nova Zelândia para o exterior. Constitui-se assim, cadeia de abastecimento da crescente demanda da China por alimentos – especialmente laticínios, carne de carneiro e bovina. Conforme destacado por Phil Goff, ministro do comércio neozelandês, “as negociações foram facilitadas, uma vez que trigo, arroz e automóveis, tipicamente sensíveis aos produtores chineses, não são bens em que nosso país detém vantagem comparativa”.

Diante de reduzida interseção entre pautas exportadoras, o ALC firmado entre os dois países não poderá facilmente tornar-se modelo de negociação a ser replicado para outros parceiros comerciais da China. Especialmente em casos de países desenvolvidos, o ALC firmado não atende a necessidade de conciliar a competitividade chinesa ao volume de exportações ou fatia de mercado almejado por produtores em desvantagem do outro país negociador. ■



O mercado que caiu por terra

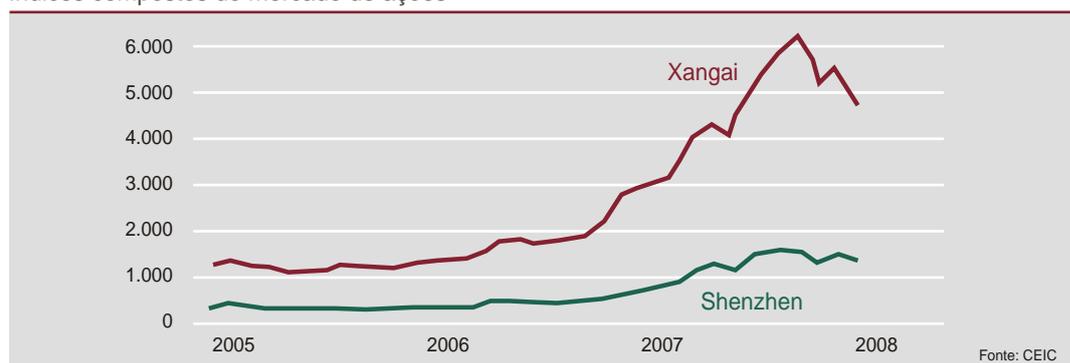
Chao Gupiao¹

É duro lá fora, como a capa da publicação *The Economist* declarou recentemente. Talvez surpreendentemente para aqueles que pregavam o “descolamento” dos mercados chinês e global, a turbulência se tornou tão evidente em Xangai e Shenzhen quanto em qualquer outro lugar. O ano começou bem: na primeira metade de janeiro, a China foi um dos mercados com melhor desempenho no mundo (no entanto, dada a carnificina que acontece em quase todos outros lugares, isso não diz muito). Mas aí o mercado de Xangai caiu tão forte quanto a neve que cobriu a China central, com o *Shanghai Composite Index* (SCI) desmoronando de 5.500 para 4.500 pontos em uma única semana. A China descobriu, afinal de contas, que faz parte da economia global.

Figura 1

Para onde, agora?

Índices compostos do mercado de ações



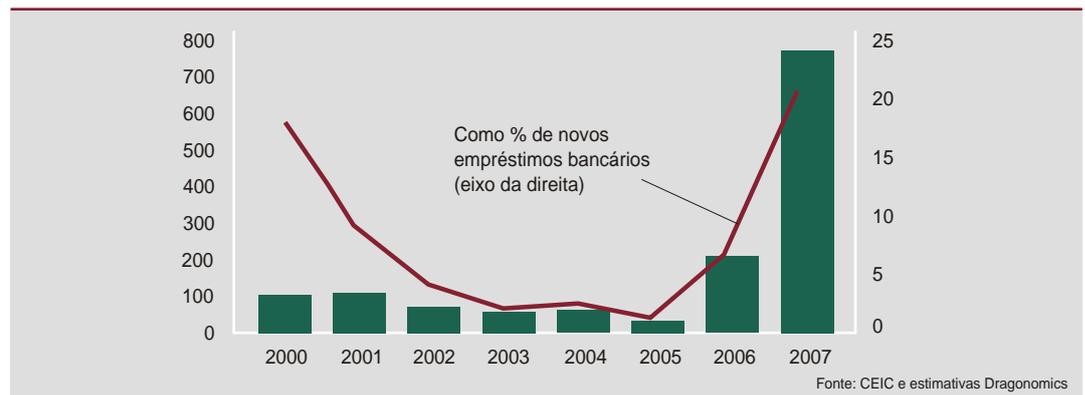
Que a festa continue - Então esse é o final de um grande *bull market* chinês? Chao Gupiao nunca foi um grande crente na alta e a recente reviravolta realmente não deveria surpreender ninguém. Mas, no geral, é improvável que a festa tenha acabado. A liquidez chinesa prossegue alta e, enquanto as aplicações de fundo mútuo têm diminuído substancialmente desde suas altas em meados de 2007, ainda não há evidências de redensões. O dinheiro permanece no mercado. Isso é parcialmente cultural – investidores chineses são sempre relutantes em absorver as perdas – mas também reflete uma visão difundida de que os recentes reveses são apenas temporários. Chao Gupiao não ficaria surpreso com uma grande recuperação motivada por aumento de liquidez e pelo frenesi pré-olímpico no segundo trimestre à medida que os Jogos se aproximam.

Uma notável conquista do espetacular furor do ano passado e do *IPO mania* é que os fundos captados nos mercados de ações chinesas têm, agora, um significativo impacto macroeconômico. O capital total captado em Xangai e Shenzhen foi de US\$ 107 bilhões, dos quais 62% foram provenientes de IPO's e do saldo de ofertas secundárias. O novo montante captado no mercado de ações foi igual a 21% do volume de novos empréstimos bancários no ano, aumentou dramaticamente em relação aos anos anteriores (ver figura 2). Se essa tendência continuar, isso trará um problema de administração econômica para o governo, que não será mais capaz de limitar o investimento corporativo ordenando aos bancos que cortem os volumes de empréstimos.

Figura 2

Listando novamente

Capital gerado por *A-share* (bilhões Rmb)



O esquema de investidor doméstico institucional qualificado (QDII, na sigla em inglês) foi o fenômeno “compre rumores, venda fatos” do mercado de Hong Kong no ano passado. O QDII – programa que permite que investidores domésticos invistam em mercados de ações *offshore* – deveria levar o mercado de Hong Kong a novas altas, ao fornecer uma parede de dinheiro: mais de US\$ 80 bilhões, de acordo com algumas previsões otimistas. Cada pequena notícia ou rumor sobre a expansão do QDII levava as *H-shares* listadas de Hong Kong a novas altas, uma vez que a suposição era a de que investidores domésticos iriam agarrar a oportunidade de investir nas firmas listadas de Hong Kong, cujas *H-shares* estavam sendo comercializadas a múltiplos mais baixos que as *A-shares* domésticas das mesmas empresas. O fluxo de QDII pode vir de diferentes formas, é claro – incluindo investimentos externos autorizados de instituições como empresas de seguros estatais e o Fundo Nacional de Segurança Social (NSSF, na sigla em inglês). Mas o grande motor que empolgou a todos foram os fundos mútuos de QDII e o investimento direto em varejo.

O investimento direto em varejo – também chamado de “linha expressa”, que deveria levar grande montante de dinheiro (*retail cash*) para Hong Kong, via Banco da China, em Tiajin - aparenta ter se perdido na neve; nenhuma palavra sobre isso surgiu em meses e a idéia está provavelmente morta. Fundos mútuos na própria China sempre pareceram mais prováveis por duas razões. Em primeiro lugar, eles são mais fáceis de regular; em segundo, o crescimento da indústria de fundos mútuos domésticos tem sido uma das conquistas marcantes da década passada.

Os primeiros quatro fundos mútuos de QDII atraíram grande interesse de investidores e da mídia, e um total de US\$ 8 bilhões em aplicações em um único dia. Com toda certeza, cada um desses quatro geraram cerca de US\$ 4 bilhões (Rmb 30 bilhões) e conseguiram uma média de 2 milhões de requerentes. Mas quando o quinto foi lançado, o interesse diminuiu:

ele gerou somente Rmb 3,1 bilhões de apenas 142.000 requerentes. A parede de dinheiro se tornou uma pequena cerca.

As razões para a falta de interesse são claras. Os fundos QDII foram lançados a tempo de pegarem a implosão em mercados globais de ações e uma acelerada apreciação do renminbi em relação aos dólares norte-americano e de Hong Kong. Como resultado, quatro meses após o lançamento, os quatro fundos QDII originais estão comercializando a desconto de 20 a 25% sobre os valores líquidos de suas ações.

Firmas estrangeiras de *securities*: uma recepção morna - Por fim, você percebeu a grande movimentação de firmas estrangeiras de securities para investir na China? Não, nem Chao Gupiao. Novas regras governando joint-ventures sino-estrangeiras em empresas de securities são iminentes, mas os poucos detalhes disponíveis sugerem que não houve muitas mudanças nas regras altamente restritivas anteriores. O controle externo de ações chinesas ainda está limitado a 33%, mas o investimento mínimo pelo parceiro estrangeiro será aumentado para cerca de astronômicos US\$ 400-US\$ 500 milhões. A Morgan Stanley anunciou um plano de parceria com a China Fortune Securities (uma vez que consiga sair de seu investimento de longa data na China International Capital Corp., onde tem sido um parceiro silencioso por quase uma década) e o Credit Suisse tem um memorando de entendimento com a China Founder Securities. Mas o impacto de empresas estrangeiras continua pequeno e Chao Gupiao não acredita que o mercado será aberto significativamente para estrangeiros por, pelo menos, mais cinco anos. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 07.03.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Automóveis

Grupo Randon abrirá fábrica de autopeças na China

A Fras-le, subsidiária do grupo Randon, produtora de auto-peças, abrirá fábrica para atender mercado chinês e asiático. O projeto, localizado em região próxima a Xangai, foi avaliado em US\$ 3,5 milhões e será inteiramente financiado pela empresa, que não terá parceiras locais na linha de produção de pastilha de freios e lonas para caminhões, ônibus e reboques. A Fras-le Friction Material Pinghu, como será chamada a unidade na China, tem produção anual prevista de 2 milhões de peças inicialmente - valor que deverá ser ampliado quando a empresa der início à produção de componentes para automóveis em sua planta chinesa.

Energia I

China adquire participação em petrolíferas européias

A Administração Estatal de Câmbio (SAFE, na sigla em inglês) adquiriu, em abril, participação acionária de aproximadamente 1% nas empresas Total S.A. e BP plc, gigantes do setor energético de origem francesa e britânica, respectivamente. O fato de as operações terem sido conduzidas pela Administração e não pelo fundo soberano China Investment Corp, inaugurado em 2007, suscita especulações de divisão interna na administração de reservas cambiais do país.

Relações Exteriores

Eleições paraguaias redefinem alianças do país com a China

O novo presidente do Paraguai, Fernando Lugo, anunciou que em seu mandato pretende estabelecer laços diplomáticos entre o país e a China. Representantes do governo taiuanês afirmaram ser aceitável eventual aproximação desde que não comprometa o relacionamento bilateral entre Paraguai e Taiwan. O Paraguai é o único país-membro do Mercosul, bem como único país sul-americano, que ainda se mantém entre os 23 aliados de Taiwan.

Energia II

China dá restituições de impostos como incentivo às empresas de energia nuclear

Com o intuito de incentivar desenvolvimento do setor de energia nuclear, empresas chinesas do setor receberão restituições de impostos sobre valor agregado. As devoluções serão de 75% ao ano durante primeiros cinco anos de operação - valor a ser reduzido a cada cinco anos subsequentes para 70% e 55%, respectivamente. De acordo com o Ministério das Finanças (MOF, na sigla em inglês) e a Administração Estatal de Taxação, órgãos responsáveis pela divulgação da notícia, a medida foi iniciada em janeiro de 2008.

O país tem se empenhado para expandir sua capacidade nuclear instalada para que, em 2020, a participação do total de capacidade energética nuclear instalada supere 5%. Atualmente, a China possui 11 geradores de energia nuclear e tem firmado contratos de exploração do setor em outros países. Em abril, as chinesas Sinohydro Corp. e China Nuclear International Uranium Corp. (CNIUC) assinaram acordo avaliado em US\$ 140 milhões para construção de estrutura de exploração de mina de urânio na Nigéria. O contrato envolve também construção de usina de carvão e usina de hidrometalurgia no país africano.

Integração regional

China e países do sudeste asiático lançam rotas para fomentar comércio na região

Foi inaugurado em abril projeto rodoviário denominado “Corredor Econômico Norte-Sul”, cujos objetivos são estímulo à integração regional e fomento de relações comerciais entre China, Laos, Camboja, Mianmar, Tailândia e Vietnã. De investimento massivo chinês, o projeto é parte de plano maior de integração, composto por outras grandes obras infra-estruturais, que visa aproximar Pequim de seus vizinhos do sudeste asiático. A atual rodovia era antiga rota utilizada por contrabandistas para comércio de ópio no século XIX.

A China tem buscado fortalecer laços e incrementar fluxo de comércio com os países do sudeste asiático, que passou de US\$ 1 bilhão na década de 90 para US\$ 53 bilhões em 2007. A Ásia corresponde atualmente por cerca de 50% da pauta exportadora e importadora da China, tornando projetos que solucionem problemas infra-estruturais, em especial de transporte, cruciais para a saúde da economia chinesa.

Energia III

China assina acordos milionários com o Qatar

As petrolíferas China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) e PetroChina Company Ltd. assinaram acordos de longo prazo com o Qatar para aquisição de Gás Liquefeito Natural (LNG, na sigla em inglês) em abril.

O acordo firmado pela PetroChina garante fornecimento de 3 mil toneladas anuais durante 25 anos a partir de 2011 com a Qatargas e sua parceira Royal Dutch Shell. Já o contrato da CNOOC com a Qatargas irá fornecerá 2 milhões de toneladas de LNG por ano ao mercado chinês.

As negociações suscitaram discussões sobre preços do combustível e a participação chinesa, cada vez mais significativa, nesse mercado. Segundo consultores do setor, há três anos os Estados Unidos, que eram o principal destino do combustível, têm sido gradualmente substituído pelos países asiáticos, especialmente a China.

Investimento

China Life compra ações da Visa

China Life Insurance Co. comprou US\$ 300 milhões em ações na oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) da Visa Inc. Trata-se do maior investimento feito por empresa seguradora chinesa no mercado de ações norte-americano. A maior companhia chinesa de seguros de vida por prêmios havia apresentado discurso defendendo ações mais conservadoras, com interesse em manter seus investimentos focados dentro da China. Contudo, de acordo com analistas, investidores vêem a compra como ação positiva da China Life para diversificar seu portfólio.



A oferta, realizada no início de abril, promoveu alta de 36% nas ações da Visa desde seu IPO e captou cerca de US\$ 20 bilhões – foi o maior IPO da história dos Estados Unidos. O ganho acionário da China Life com as ações da Visa foi de cerca de US\$ 108 milhões.

Investimento

Nestlé abre mais uma fábrica na China

A Nestlé, maior empresa do setor de alimentos mundial, abriu planta para fabricação de sorvetes em Guangzhou, sul da China. A nova sede aumentará para 64 milhões de litros a produtividade de sorvetes da empresa – três vezes mais do que total produzido por fábricas anteriores. O projeto custou cerca de US\$ 35,6 milhões.

A expectativa é de que as vendas mundiais da empresa cresçam 7,4% em 2008, taxa similar à obtida em 2007 e superior a médias anteriores de 5% e 6%. No mercado chinês, produtos Nestlé têm registrado alta de preços entre 5% e 30% devido ao aumento dos custos das matérias-primas que, em alguns casos, alcançou 150%.

A inauguração da nova planta aponta o crescente interesse da Nestlé em suprir a demanda dos consumidores pelo produto, além de promover sua marca no país. A Nestlé abriu vinte fábricas em toda a China desde sua entrada no país há duas décadas atrás.

Comércio internacional

China integrará Grupo Global Antitruste

A China anunciou em abril que fará parte do *Global Antitrust Group* da *International Competition Network* (ICN) e, em aproximadamente um ano, se tornará membro da rede de forma integral. A ICN, da qual fazem parte agências de setenta e quatro países, tem por objetivo promover o diálogo e o consenso no que tange à formulação de políticas comerciais entre países e empresas, além de mantê-los informados sobre tais políticas e regras. A contínua expansão da economia chinesa tornou necessário ao país participar de grupos como esse com o qual poderá não somente aprender, mas também contribuir. O próprio diretor da ICN, Mike Pullen, afirmou que “o processo é recíproco e também incorpora sugestões de novos membros que considere pertinentes”.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretária executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretária executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Dani Nedal e Ana Luiza do Carmo

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design